



INSITEC, S.G.P.S., S.A.

RELATÓRIO E CONTAS 2010

DECLARAÇÃO DE RESPONSABILIDADE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

A responsabilidade pela preparação de demonstrações financeiras que apresentam de forma verdadeira e apropriada a posição financeira do grupo Insitec, os resultados das suas operações e os seus fluxos de caixa, em conformidade com os princípios contabilísticos do PGC-NIRF em Moçambique, aplicados de forma consistente entre os exercícios, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados é da administração da INSITEC, S.G.P.S., S.A.

As demonstrações financeiras consolidadas anuais foram auditadas pelos auditores independentes, Deloitte & Touche - Moçambique,

aos quais foram disponibilizados todos os relatórios de auditoria das componentes, informação sobre o processo de consolidação e respectiva documentação de suporte e qualquer outra relevante, assim como lhe foi dado acesso sem qualquer restrição aos órgãos de gestão do grupo e de cada componente. A opinião dos referidos auditores independentes está apresentada nas páginas 2 e 3 seguintes.

As demonstrações financeiras consolidadas constantes nas páginas 4 a 46 foram preparadas de acordo com o PGC-NIRF aplicável em Moçambique e foram aplicadas de forma consistente e suportadas por razoável e pru-

dente juízo e estimativas. Os pressupostos de continuidade das operações foram tomados em consideração na preparação das referidas demonstrações financeiras. Baseado em previsões e recursos financeiros disponíveis, a administração da empresa-mãe não possui conhecimento de qualquer razão que possa perigar a continuidade do grupo e das suas componentes, num futuro previsível.

A administração é igualmente responsável pela manutenção de um sistema de controlo interno, apropriado, que permita prevenir e detectar eventuais erros ou irregularidades.

As demonstrações financeiras foram aprovadas pelo Conselho de Administração em 25 de Julho de 2011 e são assinadas pelos seus representantes:

C Correia (PCA)

Y Sulemane (Administradora)

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE

Aos Accionistas da INSITEC, S.G.P.S., SA

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da INSITEC, S.G.P.S., SA. que compreendem o balanço relativo a 31 de Dezembro 2010, a demonstração de resultados, a demonstração das variações do capital próprio, a demonstração de fluxos de caixa referentes ao ano findo nessa data, um resumo das políticas contabilísticas significativas aplicadas e outras notas explicativas, conforme páginas 4 a 46.

Responsabilidade da administração pelas demonstrações financeiras consolidadas

A Administração é responsável pela preparação e apresentação apropriada destas demonstrações financeiras de acordo com PGC-NIRF. Esta responsabilidade inclui:

- concepção, implementação e manutenção do controlo interno relevante para a apresentação apropriada de demonstrações financeiras que estejam isentas de distorções materiais, quer devidas a fraude ou erro;
- selecção e aplicação de políticas contabilísticas apropriadas; e
- elaboração de estimativas contabilísticas que sejam razoáveis nas circunstâncias.

Responsabilidade do auditor

É nossa responsabilidade expressar uma opinião sobre estas demonstrações financeiras consolidadas baseada na nossa auditoria. Conduzimos a nossa auditoria de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria. Estas normas exigem o cumprimento de requisitos éticos, de planeamento e de execução de auditoria a fim de obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas estão isentas de distorções materiais.

Uma auditoria envolve:

- a execução de procedimentos para obter evidências de auditoria sobre os valores e seus detalhes divulgados nas demons-

trações financeiras. Os procedimentos seleccionados dependem do julgamento do auditor, incluindo: a avaliação dos riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devidos a fraude ou erro. Ao fazer essas avaliações de risco, o auditor considera o controlo interno relevante para a preparação e apresentação apropriada das demonstrações financeiras consolidadas pela entidade a fim de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não com a finalidade de expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno da entidade;

- a avaliação da adequação das políticas contabilísticas usadas e da razoabilidade das estimativas contabilísticas feitas pela administração; e
- a avaliação da apresentação global das demonstrações financeiras consolidadas.

Consideramos que a evidência de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião de auditoria.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas contidas nas páginas 4 a 46 apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da INSITEC, S.G.P.S., SA e das suas subsidiárias, em 31 de Dezembro de 2010, e do seu desempenho financeiro e de fluxos de caixa do ano findo nessa data, em conformidade com o PGC-NIRF.

Maputo, 25 de Julho de 2011

Deloitte & Touche Moçambique
Grant Demetrius Sboros (Partner)

BALANÇO CONSOLIDADO

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Meticais)

Notas	2010	2009
ACTIVOS		
Activos não correntes	5 753 576 653	873 677 086
Activos tangíveis	7 880 970 146	114 664 881
Activos tangíveis de investimento	8 42 516 627	43 185 087
Activos intangíveis	9 3 798 588 716	801 284
Investimentos em associadas	10 644 324 893	471 067 096
Activos financeiros disponíveis para venda	11 3 612 309	103 627 664
Outros activos financeiros	12 347 953 157	140 022 952
Activos por impostos diferidos	24 35 610 805	308 122
Activos correntes	2 096 878 314	1 782 682 516
Inventários	13 467 569 571	157 480 827
Clientes	14 967 446 312	354 526 355
Outros activos financeiros	12 296 370 252	1 179 033 306
Outros activos correntes	15 257 355 284	84 649 816
Caixa e bancos	16 108 136 895	6 992 212
TOTAL DOS ACTIVOS	7 850 454 967	2 656 359 602
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO		
Capital próprio atribuível a accionistas	1 924 434 032	(115 713 022)
Capital social	17 10 000 000	10 000 000
Reserva de reavaliação	166 526 957	86 990 421
Reserva legal	2 772 077	1 448 079
Reservas livres	46 215 356	24 141 997
Resultados transitados	(35 473 077)	161 182 767
Resultados do exercício	1 734 392 719	(399 476 286)
Atribuíveis a interesses minoritários	619 516 201	441 041 147
Total do capital próprio e interesses minoritários	2 543 950 233	325 328 125
Passivos não correntes	2 461 715 342	1 511 339 944
Provisões	19 6 456 537	6 456 537
Empréstimos obtidos	20 1 132 451 084	280 331 177
Outros passivos financeiros	21 1 085 791 882	1 214 395 611
Outros passivos não correntes	22 70 063 941	9 775 558
Passivos por impostos diferidos	24 166 951 898	381 061
Passivos correntes	2 844 789 392	819 691 533
Empréstimos obtidos	20 573 829 101	274 654 437
Fornecedores	23 260 416 174	9 193 520
Outros passivos financeiros	19 1 529 219 554	427 852 321
Outros passivos correntes	22 481 324 563	107 991 255
TOTAL DO PASSIVO	5 306 504 734	2 331 031 477
TOTAL DO CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	7 850 454 967	2 656 359 602

DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADOS CONSOLIDADA

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Meticals)

	Notas	2010	2009
Vendas de bens e serviços	25	1 248 024 676	151 939 767
Custos dos inventários vendidos ou consumidos	26	(374 522 232)	(68 247 682)
Gastos com pessoal	27	(364 194 899)	(83 858 824)
Fornecimento e serviços de terceiros	28	(709 545 317)	(131 423 822)
Amortizações e depreciações	7,8,9	(80 499 576)	(7 480 173)
Outros ganhos e perdas operacionais	29	92 755 368	(22 301 186)
		(187 981 980)	(161 371 920)
Rendimentos financeiros	30	3 444 020 639	243 649 059
Gastos financeiros	31	(700 311 835)	(380 648 174)
Resultado antes do imposto		2 555 726 824	(298 371 035)
Imposto sobre o rendimento	32	(218 968 789)	(28 826 285)
Resultado líquido do exercício		2 336 758 035	(327 197 320)
Atribuíveis a interesses minoritários	18	602 365 317	72 278 967
Resultado líquido do exercício atribuível aos accionistas		1 734 392 719	(399 476 287)

DEMONSTRAÇÃO DE FLUXOS DE CAIXA CONSOLIDADA

Em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Meticals)

	2010	2009
Fluxo de caixa das actividades operacionais		
Resultado líquido do exercício	1 734 392 719	(399 476 287)
Ajustamentos ao resultado relativo a:		
Depreciações e amortizações	80 499 576	7 480 174
Mais-valias realizadas	680 467 813	-
Aumento/redução de inventários	(310 088 744)	(9 440 184)
Aumento/redução de clientes e outros activos financeiros	61 812 892	(80 334 994)
Aumento/redução de outros activos correntes	(208 008 151)	16 069 017
Aumento/redução de fornecedores e outros passivos financeiros	1 223 986 158	268 866 818
Aumento/redução de outros passivos correntes e não correntes	616 339 928	12 998 611
Caixa líquida gerada pelas actividades operacionais	3 879 402 191	(183 836 845)
Fluxo de caixa das actividades de investimento		
Ajustamentos ao resultado relativo a:		
Aumento/redução de activos tangíveis e intangíveis	(4 856 309 637)	(58 755 869)
Aumento/redução de activos financeiros disponíveis para venda	(73 242 442)	(42 688 303)
Juros e rendimentos similares	11 434 773	449 259
Caixa líquida usada nas actividades de investimento	(4 918 117 306)	(100 994 913)
Fluxo de caixa das actividades de financiamento		
Ajustamentos ao resultado relativo a:		
Aumento/redução de empréstimos obtidos	1 257 511 202	343 833 710
Juros e gastos similares	(117 651 404)	(55 131 784)
Caixa líquida usada nas actividades de financiamento	1 139 859 798	288 701 926
Varição de caixa e equivalentes de caixa	101 144 683	3 870 168
Caixa e equivalentes de caixa no início do período	6 992 212	3 122 044
Caixa e equivalentes de caixa no fim do período	108 136 895	6 992 212

DEMONSTRAÇÃO DAS VARIAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO CONSOLIDADA

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Meticals)

	Capital Social	Reserva de reavaliação	Reserva legal	Reservas livres	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total do capital próprio atribuível aos accionistas	Interesses minoritários	Total do capital próprio
Saldo no início de 2009	2 500 000	86 990 421	1 448 079	24 141 997	(27 266 265)	(19 526 158)	68 288 074	368 762 180	437 050 254
Aumento de capital social e cobertura de prejuízos	7 500 000	-	-	-	207 975 190	-	215 475 190	-	215 475 190
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	(19 526 158)	19 526 158	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	(399 476 286)	(399 476 286)	72 278 967	(327 197 319)
Saldo no fim de 2009	10 000 000	86 990 421	1 448 079	24 141 997	161 182 767	(399 476 286)	(115 713 022)	441 041 147	325 328 125
Aquisição de interesses minoritários	-	79 536 536	1 323 998	22 073 359	202 820 442	-	305 754 335	(423 890 263)	(118 135 928)
Aplicação do resultado do exercício	-	-	-	-	(399 476 286)	399 476 286	-	-	-
Resultado líquido do exercício	-	-	-	-	-	1 734 392 719	1 734 392 719	602 365 317	2 336 758 036
Saldo no fim de 2010	10 000 000	166 526 957	2 772 077	46 215 356	(35 473 077)	1 734 392 719	1 924 434 032	619 516 201	2 543 950 233

NOTAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

Para o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010

(Montantes expressos em Meticals)

INTRODUÇÃO

A Insitec SGPS, S.A. (INSITEC) foi constituída em 07 de Novembro de 2006. A sociedade tem por objecto o exercício de actividades no sector financeiro, designadamente a participação em projectos de investimento, gestão de carteira de valores, investimentos financeiros, gestão de participações financeiras.

A sua sede social localiza-se na cidade de Maputo.

1. BASES PREPARAÇÃO

As demonstrações financeiras consolidadas da Insitec apresentadas reflectem os resultados das suas operações e posição financeira de todas as suas subsidiárias (Grupo INSITEC ou Grupo) e a participação do Grupo nas suas associadas, para os exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009.

As demonstrações financeiras consolidadas e individuais foram aprovadas pelo Conselho de Administração da Insitec a 25 de Julho de 2011.

As presentes demonstrações financeiras consolidadas, que se reportam à data de

31 de Dezembro de 2010, foram preparadas em conformidade com o PGC-NIRF e, em consequência, com base no princípio do custo histórico, excepto para as situações especificamente identificadas, que decorrem da aplicação das Normas de Contabilidade e Relato Financeiro (NCRF). As demonstrações financeiras foram igualmente preparadas com base nos princípios do acréscimo e da continuidade.

Na preparação destas demonstrações financeiras, não foi derogada qualquer disposição do PGC-NIRF e não existem

situações que afectem a comparabilidade das diversas rubricas contabilísticas.

Note-se, no entanto, que a preparação das demonstrações financeiras em conformidade com o PGC-NIRF exige que o Conselho de Administração formalize julgamentos, estimativas e pressupostos, que afectam a aplicação das políticas contabilísticas e mensuração dos activos, passivos, rendimentos e gastos. As estimativas e pressupostos associados são baseados na experiência histórica e outros factores considerados razoáveis de acordo com as circunstâncias e formam a base para os julgamentos

sobre os valores dos activos e passivos cuja valorização não é evidente através de outras fontes. Os resultados reais podem diferir das estimativas. As questões que requerem um maior índice de julgamento ou complexidade, ou para os quais os pressupostos e estimativas são considerados significativos, são apresentados na nota 3.

Assim, estas demonstrações financeiras consolidadas reflectem o resultado das operações e a posição financeira da Insitec com referência a 31 de Dezembro de 2010 e 2009, sendo apresentadas em milhares de meticais, arredondadas ao milhar mais próximo.

2. PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTABILÍSTICAS

2.1. Princípios de consolidação

Participações financeiras em empresas subsidiárias

As participações financeiras que o Grupo detenha, directa ou indirectamente mais metade dos direitos de voto em Assembleia Geral de Accionistas, ou detenha o poder de determinar as suas políticas operacionais e financeiras (definição de controlo adoptado pelo Grupo), foram incluídas nas presentes demonstrações financeiras consolidadas através do método de consolidação integral. As empresas consolidadas através do método de consolidação integral encontram-se referidas na nota 6.

O capital próprio e o resultado líquido correspondente à participação de terceiros em empresas subsidiárias são apresentados separadamente no balanço e demonstração dos resultados consolidados, respectivamente na rubrica de interesses minoritários. Os prejuízos e ganhos aplicáveis aos interesses minoritários são imputados aos mesmos.

Os activos e passivos de cada empresa do Grupo são identificados ao seu justo valor dos activos e passivos na data de aquisição ou tal como previsto na NCRF 21 – Concentração de actividades empresariais, durante um período de 12 meses após aquela data. Qualquer excesso do custo de aquisição face ao justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos é reconhecido como goodwill. Caso o diferencial entre o custo de aquisição e o justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos seja negativo, o mesmo é reconhecido como goodwill negativo, sendo reconhecido como um rendimento do exercício.

Os interesses minoritários incluem a proporção dos terceiros no justo valor dos activos adquiridos e passivos assumidos à data de aquisição das subsidiárias.

Os resultados das subsidiárias adquiridas ou alienadas durante o exercício estão incluídos nas demonstrações financeiras desde a sua data de aquisição até à data da alienação.

Sempre que seja necessário, são efectuados ajustamentos às demonstrações financeiras das subsidiárias para adequar as suas políticas contabilísticas às utilizadas pelo Grupo. As transacções, incluindo as eventuais mais e menos - valias derivadas de alienações entre empresas do Grupo, saldos, dividendos distribuídos entre em-

presas do Grupo são eliminados durante o processo de consolidação.

Participações financeiras em empresas associadas

As participações financeiras em empresas associadas (empresas onde o Grupo exerça uma influência significativa, ou seja, detenha uma influência significativa nas políticas operacionais e financeiras da empresa, sendo normalmente quando detém directa ou indirectamente entre 20% e 50% dos direitos de voto de uma empresa) são registadas através do método de equivalência patrimonial.

As demonstrações financeiras consolidadas incluem a parte atribuível ao Grupo do total das reservas e dos lucros e prejuízos reconhecidos numa associada, contabilizada de acordo com o método de equivalência patrimonial. Quando a parcela dos prejuízos atribuíveis excede o valor contabilístico da associada, o valor contabilístico é reduzido a zero e o reconhecimento de perdas futuras é descontinuado, excepto na parcela em que o Grupo incorra numa obrigação legal ou construtiva de assumir essas perdas em nome da associada.

As distribuições recebidas de uma associada (por exemplo dividendos) reduzem a quantia registada do investimento.

Os ganhos e perdas não realizados em transacções com associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida do investimento nessa mesma associada. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas apenas até ao ponto em que a perda não evidencie que o activo transferido esteja em situação de imparidade.

Participações financeiras em empresas participadas

As participações financeiras em empresas participadas (empresas em que o Grupo nem detém controlo nem influencia significativa, normalmente quando detém menos de 20% dos direitos de voto) são reportadas ao custo de aquisição, pelo facto de nem terem o capital cotado, nem o justo valor poder ser mensurado com fiabilidade.

Contabilização, em base individual, das participações financeiras em subsidiárias e associadas

Em base individual, os investimentos financeiros em subsidiárias e associadas que não estejam classificados como activos não correntes detidos para venda ou incluídos num grupo para alienação que não esteja classificado como activos não correntes detidos para venda, são reconhecidos ao custo de aquisição e são sujeitos a testes de imparidade periódicos, sempre que existam indícios que determinada participação financeira possa estar em imparidade.

Diferenças de consolidação e de reavaliação – “Goodwill”

Na sequência da transição para o PGC-NIRF, efectuada com referência a 1 de Janeiro de 2009 e conforme permitido pelo Capítulo 1.3 – Regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF, o Grupo optou por manter o goodwill resultante de concentrações de actividades empresariais, ocorridas antes

da data da transição, não sendo sujeito testes de imparidade.

As concentrações de actividade empresariais ocorridas após 1 de Janeiro de 2009 são registadas ao método da compra. O custo de aquisição equivale ao justo valor determinado à data da compra, dos activos cedidos e passivos incorridos ou assumidos.

O goodwill resultante da aquisição de participações em empresas subsidiárias e associadas, é definido como a diferença entre o valor do custo de aquisição e o justo valor proporcional da situação patrimonial adquirida.

Caso o goodwill seja negativo, este é registado directamente em resultados do exercício em que a concentração de actividades empresariais ocorre.

O valor recuperável do goodwill das subsidiárias é avaliado anualmente, independentemente da existência de indicadores de imparidade. As eventuais perdas de imparidade determinadas são reconhecidas em resultados do exercício. O valor recuperável é determinado com base no valor de uso dos activos, sendo calculado de acordo com metodologias de avaliação, suportado em técnicas de fluxos de caixa descontados, considerando as condições de mercado, o valor temporal e os riscos de negócio.

2.2. Transacções em moeda estrangeira

As demonstrações financeiras estão apresentadas em Meticais, que constitui a moeda funcional e de apresentação utilizada pelo Grupo nas suas operações e demonstrações financeiras.

As transacções em moeda estrangeira são convertidas à taxa de câmbio em vigor na data da transacção. Os activos e passivos monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos para Meticais à taxa de câmbio em vigor na data de balanço. As diferenças cambiais resultantes desta conversão são reconhecidas em resultados.

Os activos e passivos não monetários ao custo histórico, expressos em moeda estrangeira, são convertidos à taxa de câmbio da data da transacção.

As taxas de câmbios em vigor na data do balanço foram como segue:

	2010	2009
Rand Sul-Africano (ZAR)	4,97	3,92
Dólar Norte-Americano (USD)	33,00	29,29
Libra Britânica (GBP)	-	47,30
Euro União Europeia (EUR)	43,58	42,01

2.3. Activos tangíveis

Os activos tangíveis utilizados pelo Grupo no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

Na data de transição para o PGC-NIRF, o Grupo decidiu adoptar como custo considerado para os seus activos tangíveis o valor reavaliado/ao custo em conformidade com as anteriores políticas contabilísticas, a qual era equiparado ao custo mensurado de acordo com o PGC-NIRF.

Os custos subsequentes são reconhecidos como um activo separado apenas se for provável que deles resultarão benefícios

económicos futuros para o Grupo. As despesas de manutenção e reparação e outras despesas associadas ao seu uso são reconhecidas nos resultados do período em que foram incorridas.

A depreciação dos activos tangíveis é calculada numa base sistemática ao longo da vida útil estimada do bem, a qual corresponde ao período em que se espera que o activo esteja disponível para uso:

	Anos vida útil
Construções	47-50
Equipamento básico	3-15
Veículos	5-10
Outros bens	2-10

O Grupo efectua regularmente a análise de adequação da vida útil estimada dos seus activos tangíveis. As alterações na vida útil esperada dos activos são registadas através da alteração do período ou método de depreciação, conforme apropriado, sendo tratadas como alterações em estimativas contabilísticas.

Periodicamente são efectuadas análises no sentido de identificar evidências de imparidade em activos tangíveis. Sempre que o valor líquido contabilístico dos activos tangíveis exceda o seu valor recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade com reflexo nos resultados do exercício. O Grupo procede à reversão das perdas por imparidade nos resultados do período caso, subsequentemente, se verifique um aumento no valor recuperável do activo.

O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o preço de venda líquido e o valor de uso, sendo este calculado com base nos fluxos de caixa estimados que se esperam a vir obter do uso continuado do activo e da sua alienação no final da vida útil.

Um item do activo tangível deixa de ser reconhecido aquando da sua alienação ou quando não se esperam benefícios económicos futuros decorrentes da sua utilização ou alienação. Qualquer ganho ou perda decorrente da anulação do reconhecimento do activo (calculado como a diferença entre o rendimento da venda e a quantia escriturada do activo) é reconhecido em resultados no período da sua anulação do reconhecimento.

2.4. Activos intangíveis

Os activos intangíveis do Grupo no decurso da sua actividade são registados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e perdas por imparidade acumuladas.

O Grupo procede a testes de imparidade sempre que eventos ou circunstâncias indiciam que o valor contabilístico excede o valor recuperável, sendo a diferença, caso exista, reconhecida em resultados. O valor recuperável é determinado como o mais elevado entre o seu preço de venda líquido e o seu valor de uso, sendo este calculado com base no valor actual dos fluxos de caixa futuros estimados que se esperam vir a obter do uso continuado do activo e da sua alienação no fim da sua vida útil.

2.5. Inventários

Os inventários são valorizados ao menor entre o seu custo de aquisição e o valor realizável líquido. O custo dos inventários inclui custos de aquisição, custos com impostos não dedutíveis, e outros custos incorridos para colocar os inventários no seu local e na sua condição actual. O custeio das saídas (consumos) é efectuado através do custo médio ponderado.

Os ajustamentos ao valor realizável líquido são avaliados numa base anual e, caso se constate a necessidade de proceder ao seu reconhecimento, registadas como uma dedução ao activo, por contrapartida dos resultados do exercício.

2.6. Imparidade de itens não monetários

O Grupo avalia, a cada data de relato, ou com maior frequência caso tenha ocorrido alterações que indiquem que um determinado activo possa estar em imparidade, se existem indicações de que um activo não financeiro se possa encontrar em imparidade. Se tal indicação existir, o Grupo estima a respectiva quantia recuperável e, caso esta se apresente inferior à quantia escriturada, o activo encontra-se em imparidade e é reduzido para a sua quantia recuperável.

A cada data de balanço, o Grupo reavalia se existe qualquer indicação de que uma perda por imparidade anteriormente reconhecida possa já não existir ou possa ter reduzido. Caso exista tal indicação, o Grupo estima a quantia recuperável do activo e reverte as perdas por imparidade previamente reconhecidas apenas se tiverem ocorrido alterações nas estimativas usadas para estimar a quantia recuperável desde o reconhecimento da perda.

2.7. Locações

A determinação de se um contrato é ou contém uma locação é baseada na substância do contrato, atentando à determinação de qual a entidade que retém substancialmente os riscos e vantagens inerentes à propriedade do bem locado.

Nas locações financeiras, as quais transferem substancialmente para o Grupo todos os riscos e vantagens, o custo do activo é registado como um activo tangível, e a correspondente responsabilidade é registada no passivo. A depreciação do activo é calculado conforme descrito na nota 3 (b) e registada como gasto na demonstração de resultados dentro do período a que respeitam.

As rendas são constituídas pelo encargo financeiro e pela amortização financeira do capital (tal como inicialmente reconhecido como passivo). Os encargos financeiros são suportados aos exercícios a que se referem.

Nas locações operacionais, as rendas são reconhecidas como gasto numa base linear durante o período da locação.

2.8. Activos financeiros

A classificação dos activos financeiros no seu reconhecimento inicial depende do objectivo para o qual o instrumento foi adquirido bem como das suas características, considerando as seguintes categorias:

Activos financeiros ao justo valor através dos resultados

A categoria de activos financeiros ao justo valor através dos resultados inclui activos financeiros detidos para negociação, adquiridos com o objectivo principal de serem transaccionados no curto prazo e outros activos financeiros ao justo valor por via dos resultados.

Activos financeiros disponíveis para venda

Os activos financeiros disponíveis para venda são activos financeiros não derivados detidos com a intenção em manter por tempo indeterminado ou são designados para venda no momento do seu reconhecimento inicial.

Activos financeiros detidos até à maturidade

Considera-se activos detidos até à maturidade a categoria de activos financeiros não derivados com pagamentos fixos e determináveis e maturidades fixadas, tendo o Grupo a intenção de deter os mesmos até à maturidade.

Empréstimos e contas a receber

Classifica-se como empréstimos e contas a receber os activos financeiros não derivados com pagamentos fixos ou determináveis que não estão cotados num mercado activo.

Os activos financeiros são reconhecidos no balanço do Grupo na data de contratação pelo respectivo justo valor acrescido de custos de transacção directamente atribuíveis, excepto para activos e passivos ao justo valor através dos resultados em que os custos de transacção são imediatamente reconhecidos em resultados.

Entende-se por justo valor o montante pelo qual um activo ou passivo pode ser transferido ou liquidado, entre partes independentes, informadas e interessadas na concretização da transacção em condições normais de mercado. O justo valor de um instrumento financeiro no reconhecimento inicial é geralmente o preço da transacção.

O justo valor é determinado com base em preços de um mercado activo ou em métodos de avaliação no caso de inexistência de tal mercado activo. Um mercado é considerado activo se ocorrerem transacções de forma regular.

O Grupo avalia, à data de cada balanço, se existe evidência objectiva de que um activo financeiro ou grupo de activos financeiros está em imparidade. Considera-se que um activo financeiro está em imparidade se, e apenas se, existir evidência objectiva de perda de valor em resultado de um ou mais acontecimentos que tenham ocorrido após o reconhecimento inicial do activo e desde que tais acontecimentos tenham um impacto sobre os fluxos de caixa futuros estimados dos activos financeiros. A evidência de imparidade pode incluir indicações de que o devedor ou um grupo de devedores está em dificuldades financeiras, incumprimento ou mora na liquidação de capital ou juros, a probabilidade de entrarem em falência ou em reorganização financeira e sempre que esteja disponível informação que indica um decréscimo de valor dos fluxos de caixa futuros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

As aquisições e alienações dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, assim como os activos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos na data da sua transacção.

Os activos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos activos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação dos activos financeiros ocorre quando os direitos contratuais do activo financeiro expira, tenha procedido à transferência substancial de todos os riscos e benefícios associados à sua detenção ou não obstante retenha parte, mas não substancialmente, todos os riscos e benefícios associados à sua detenção, o Grupo tenha transferido o controlo sobre esses activos.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os activos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos pelo justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados do exercício.

Os activos financeiros disponíveis para venda são valorizados ao justo valor, sendo as variações reconhecidas em capitais próprios até ao momento da anulação do reconhecimento, ou seja identificada uma perda por imparidade, momento em que o valor acumulado dos ganhos e perdas potenciais registado em capitais próprios é transferido para resultados.

Os activos detidos até à maturidade, assim como os empréstimos e contas a receber, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

O justo valor dos activos financeiros que são negociados em mercados financeiros organizados é o seu preço de compra corrente ("bid price"). Para a ausência de um mercado activo, o justo valor é determinado através de técnicas de avaliação, tais como preços de transacção recentes, semelhantes e realizadas em condições de mercado e técnicas de fluxos de caixa descontados ou outros modelos de avaliação.

Para os activos financeiros que não sejam possível mensurar com fiabilidade o justo valor, os mesmos são reconhecidos ao custo de aquisição, sendo qualquer imparidade registada por contrapartida de resultados.

Imparidade

Em cada data de balanço é efectuada uma avaliação da existência de evidência objectiva de imparidade.

Activos financeiros registados ao custo amortizado

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade em empréstimos concedidos e contas a receber ou investimentos detidos até à maturidade registados pelo custo amortizado,

a quantia da perda é mensurada como a diferença entre a quantia registada do activo e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de juro efectiva original do activo financeiro. A quantia registada do activo deve ser reduzida através do uso de uma conta de redução do activo. A quantia da perda deve ser reconhecida nos resultados.

Se, num período subsequente, a quantia da perda por imparidade diminui e a diminuição pode ser relacionada objectivamente com um acontecimento que ocorra após o reconhecimento da imparidade, a perda por imparidade anteriormente reconhecida deve ser revertida ajustando a conta de redução do activo. A reversão não deve resultar numa quantia registada do activo financeiro que exceda a quantia que poderia ter sido determinada pelo custo amortizado, caso a imparidade não tivesse sido reconhecida à data em que a imparidade foi revertida. A quantia da reversão deve ser reconhecida nos resultados.

Activos financeiros registados pelo custo

Se existir evidência objectiva de que foi suportada uma perda por imparidade num instrumento de capital próprio não cotado que não está registado pelo justo valor porque o seu justo valor não pode ser mensurado com fiabilidade, ou num activo derivado que está ligado a, e que deve ser liquidado pela entrega de, um tal instrumento de capital próprio não cotado, a quantia da perda por imparidade é mensurada pela diferença entre a quantia registada do activo financeiro e o valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados descontados à taxa de retorno de mercado corrente para um activo financeiro semelhante. Estas perdas por imparidade não devem ser revertidas.

Activos financeiros disponíveis para venda

Quando existe evidência de imparidade nos activos financeiros disponíveis para venda, a perda potencial acumulada capital próprio, correspondente à diferença entre o custo de aquisição e o justo valor actual, deduzida de qualquer perda por imparidade no activo anteriormente reconhecida em resultados, é transferida para resultados.

2.9. Instrumentos de capital

Um instrumento é classificado como instrumento de capital próprio quando não existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal evidenciando um interesse residual nos activos de uma entidade após a dedução de todos os seus passivos.

2.10. Passivos financeiros

Passivos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os passivos financeiros ao justo valor por via dos resultados incluem os passivos financeiros detidos para negociação e outros passivos financeiros ao justo valor através dos resultados reconhecidos no momento inicial.

Empréstimos obtidos e contas a pagar

Classificamos nesta categoria de passivos financeiros os restantes passivos financeiros.

Reconhecimento inicial, mensuração e anulação do reconhecimento

Um instrumento é classificado como passivo financeiro quando existe uma obrigação contratual da sua liquidação ser efectuada mediante a entrega de dinheiro ou de outro activo financeiro, independentemente da sua forma legal.

Os passivos financeiros são inicialmente reconhecidos ao seu justo valor adicionado dos custos de transacção, à excepção da categoria dos passivos financeiros ao justo valor através dos resultados, sendo os custos de transacção reconhecidos em resultados.

A anulação do passivo financeiro ocorre quando as obrigações contratuais do passivo financeiro expiram.

Quando um passivo financeiro é substituído por outro do mesmo credor, em condições substancialmente diferentes, ou os termos do passivo existente são substancialmente diferentes, essa troca ou alteração é tratada como uma anulação do reconhecimento do passivo original e é reconhecido um novo passivo, sendo a diferença dos valores registada em resultados.

Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, os passivos financeiros ao justo valor através dos resultados são reconhecidos ao justo valor, sendo as suas variações reconhecidas em resultados.

Os empréstimos e contas a pagar, após o reconhecimento inicial são mensurados ao custo amortizado, através do método da taxa de juro efectiva. Ganhos e perdas são reconhecidos em resultados aquando da anulação do reconhecimento se encontra em imparidade, assim como decorrentes de aplicação do método do juro efectivo.

3. PRINCIPAIS JULGAMENTOS, ESTIMATIVAS E PRESSUPOSTOS CONTABILÍSTICOS

A preparação das demonstrações financeiras do Grupo exige que a administração efectue julgamentos, estimativas e premissas no âmbito da tomada de decisão sobre alguns tratamentos contabilísticos com impactos nos valores reportados no total de activo, passivo, capital próprio, gastos e rendimentos. Os efeitos reais podem diferir das estimativas e julgamentos efectuados, nomeadamente no que concerne ao efeito dos custos e proveitos reais.

O PGC-NIRF estabelece um conjunto de políticas contabilísticas que requerem que a Administração efectue julgamentos e realize estimativas. As principais estimativas contabilísticas utilizadas pelo Grupo são analisadas como segue:

Imparidade de contas a receber

O Grupo reavalia periodicamente a evidência de imparidade de forma a aferir da necessidade de reconhecer perdas por imparidade adicionais. Nomeadamente, para a determinação do nível de perda potencial, são usa-

2.11. Provisões

O Grupo constitui provisões quando tem uma obrigação presente (legal ou construtiva) resultante de eventos passados relativamente à qual seja provável o futuro dispêndio de recursos financeiros, e este possa ser determinado com fiabilidade.

O montante da provisão corresponde à melhor estimativa do valor a desembolsar para liquidar a responsabilidade na data do balanço.

Reconhecimento de gastos e rendimentos

A Empresa regista os seus gastos e rendimentos de acordo com o princípio da especialização de exercícios pelo qual estes elementos são reconhecidos na data da transacção que os origina, independentemente do respectivo pagamento ou recebimento. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas geradas são registadas nas rubricas de "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

2.12. Rédito

Contratos de construção

Para o reconhecimento dos proveitos e custos dos contratos de construção, é adoptado o método da percentagem de acabamento. De acordo com este método, os proveitos directamente relacionados com as obras em curso são reconhecidos na demonstração de resultados em função da sua percentagem de acabamento, a qual é determinada pelo rácio entre os custos incorridos até à data do balanço e os custos totais estimados das obras. As diferenças entre os proveitos apurados através da aplicação deste método e a facturação emitida são contabilizadas nas rubricas "Outros activos correntes" ou "Outros passivos correntes", consoante a natureza da diferença.

Variações nos trabalhos face à quantia de rédito acordada no contrato são reconhecidas no resultado do exercício quando é fortemente provável que o cliente/consórcio aprove a quantia de rédito proveniente da variação, e que esta possa ser mensurada com fiabilidade.

das estimativas da Administração nos cálculos dos montantes relacionados com os fluxos de caixa futuros. Tais estimativas são baseadas em pressupostos de diversos factores, podendo os resultados efectivos alterar no futuro, resultando em alterações dos montantes constituídos para fazer face a perdas efectivas.

Adicionalmente à análise de imparidade individual, o Grupo efectua uma análise de imparidade colectiva das contas a receber para fazer face a situações de perda de valor que, embora não especificamente identificáveis, incorporam um grande risco de incumprimento face à situação inicial, no momento em que foram reconhecidos.

O Grupo considera que a imparidade determinada com base na metodologia apresentada permite reflectir de forma adequada o risco associado à sua carteira de clientes.

Rédito de contratos de construção

A percentagem de acabamento das obras, utilizada para efeitos do reconhecimento do rédito em contratos de construção, é

As reclamações para reembolso de custos não incluídos no preço do contrato são incluídas no rédito do contrato quando as negociações atinjam um estágio avançado de tal forma que é provável que o cliente/consórcio aceite a reclamação, e que é possível mensurá-la com fiabilidade.

Nas situações em que o Grupo é contratado para realização de uma obra e, por sua vez, subcontrata um terceiro para tal, retendo uma comissão, reconhece o rendimento relativo à mesma com base na percentagem de acabamento da obra. Estes rendimentos são apresentados na face da demonstração dos resultados separadamente dos réditos relativos a obras executadas directamente pelo Grupo.

Quando for provável que os custos totais do contrato excedem o rédito total do contrato, a perda (ou prejuízo) esperada é reconhecida imediatamente como um gasto.

Restantes actividades

O rédito relativo a vendas e prestações de serviços em geral são reconhecidos com a sua realização, de acordo com o princípio do acréscimo. Os proveitos financeiros relacionados com a mora no pagamento por parte dos clientes são reconhecidos quando há significativa evidência da sua cobrabilidade.

Empreendimentos conjuntos

As obras em que o Grupo se associa a outras entidades para a sua execução são classificadas como empreendimentos conjuntos. Os empreendimentos conjuntos em que o Grupo participa assumem, sempre, a forma de operações conjuntamente controladas.

Deste modo, relativamente a este tipo de obras, o Grupo reconhece, nas suas demonstrações financeiras, os activos que controla e os passivos que assume, bem como os gastos que suporta e a parte do rédito que obtém da venda de bens ou serviços pelo empreendimento conjunto.

estimada atendendo à última informação disponível à data de encerramento das contas, relativa aos custos já efectivamente incorridos e aos custos estimados para a conclusão das mesmas. No que se refere aos custos estimados para a conclusão, a Administração socorre-se dos orçamentos de obra, bem como da informação dos seus responsáveis técnicos, a qual pode evoluir no decurso do remanescente da obra.

O rédito é reconhecido com referência à última informação disponível à data de encerramento das contas, relativa ao rédito já efectivamente contratado e aos acréscimos que possam observar-se do mesmo (trabalhos a mais, reclamações e incentivos), atendendo à expectativa da Administração de que estes venham a efectivar-se, mediante aceitação do dono da obra.

Vidas úteis dos activos tangíveis e intangíveis

O Grupo reavalia continuamente as suas estimativas sobre a vida útil dos activos

2.13. Impostos sobre o rendimento

Impostos correntes

O imposto corrente, activo ou passivo, é estimado com base no valor esperado a recuperar ou a pagar às autoridades fiscais. A taxa legal de imposto usada para calcular o montante é a que se encontra em vigor à data de balanço.

O imposto corrente é calculado com base no lucro tributável do exercício, o qual difere do resultado contabilístico devido a ajustamentos à matéria colectável resultantes de gastos ou rendimentos não relevantes para efeitos fiscais, ou que apenas serão considerados noutros períodos contabilísticos, em conformidade com a legislação fiscal vigente.

Impostos diferidos

Os impostos diferidos activos e passivos correspondem ao valor do imposto a recuperar e a pagar em períodos futuros resultante de diferenças temporárias entre o valor de um activo ou passivo no balanço e a sua base de tributação. Os prejuízos fiscais reportáveis assim como os benefícios fiscais dão também origem a impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos activos são reconhecidos até ao montante em que seja provável a existência de lucros tributáveis futuros contra os quais possam ser deduzidos os impostos diferidos activos.

Os impostos diferidos são calculados com base nas taxas fiscais decretadas para o período em que se prevê que seja realizado o respectivo activo ou passivo.

Os impostos sobre o rendimento (correntes ou diferidos) são reflectidos nos resultados do exercício, excepto nos casos em que as transacções que os originaram tenham sido reflectidas noutras rubricas de capitais próprios. Nestas situações, o correspondente imposto é igualmente reflectido por contrapartida de capitais próprios, não afectando o resultado do exercício.

tangíveis e intangíveis. As estimativas de vida útil remanescente são baseadas na experiência, estado e condição de funcionamento do activo. Case se entenda necessário, estas estimativas são sustentadas em pareceres técnicos emitidos por peritos independentes.

Imparidade de activos tangíveis e intangíveis

Os activos tangíveis e intangíveis são revistos para efeitos de imparidade sempre que existam factos ou circunstâncias que indicam que a sua quantia registada excede a recuperável.

Considerando as incertezas quanto à quantia recuperável destes activos de longo prazo, pelo facto das análises se basearem na melhor informação à data, as alterações de pressupostos podendo resultar em impactos na determinação do nível de imparidade e, consequentemente, nos resultados do Grupo.

Provisões para litígios judiciais

As provisões constituídas para fazer face a perdas prováveis em processos judiciais em que o Grupo é parte interessada são constituídas atendendo à expectativa de perda da Administração, sustentada na informação prestada pelos seus assessores jurídicos, sendo objecto revisão anual.

Impostos

Os impostos sobre o rendimento (correntes e diferidos) são determinados pelo Grupo

com base nas regras definidas pelo enquadramento fiscal. No entanto, em algumas situações, a legislação fiscal não é suficientemente clara e objectiva e poderá dar origem a diferentes interpretações. Nestes casos, os valores registados resultam do melhor entendimento do Grupo sobre o adequado enquadramento das suas operações, o qual é susceptível de poder vir a ser questionado pelas Autoridades Fiscais.

Por outro lado, as Autoridades Fiscais dispõem de faculdade de rever a posição

fiscal do Grupo durante um período de 10 anos, podendo resultar, devido a diferentes interpretações e/ou incumprimento da legislação fiscal, nomeadamente em sede de IRPC e IVA, eventuais correcções.

A Administração acredita ter cumprido todas as obrigações fiscais a que a Grupo se encontra sujeita, pelo que eventuais correcções à matéria colectável declarada, decorrentes destas revisões, não se espera que venham a ter um efeito nas demonstrações financeiras.

4. ALTERAÇÕES DE POLITICAS CONTABILÍSTICAS, DE ESTIMATIVAS E ERROS

Nos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2010 e 2009, não ocorreram quaisquer alterações de políticas contabilísticas que produzam efeito na comparabilidade desses exercícios.

De igual forma, não ocorreram alterações significativas de estimativas, nem foram detectados erros que motivem a reexpressão das quantias comparativas.

5. EFEITO DA PRIMEIRA APLICAÇÃO DO PGC-NIRF

O Grupo procedeu à adopção do Plano Geral de Contabilidade baseado nas Normas Internacionais de Relato Financeiro (PGC-NIRF), tendo procedido à aplicação em 31 de Dezembro de 2010, sendo a data da transição 1 de Janeiro de 2009. Anteriormente, as demonstrações financeiras eram apresentadas de acordo com o Plano Geral de Contabilidade (PGC) e demais legislação complementar. Os ajustamentos efectuados às demonstra-

ções financeiras em 1 de Janeiro de 2009 foram calculados de forma retrospectiva, de acordo com as regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF.

As diferenças entre o PGC e o PGC-NIRF, assim como o impacto nas demonstrações financeiras em 1 de Janeiro de 2009 e em 31 de Dezembro de 2009, e a reconciliação dos capitais próprios e resultados são apresentados da seguinte forma:

		31 de Dezembro de 2009	1 de Janeiro de 2009
Capital Próprio de acordo com o PGC		2 556 315 027	329 079 262
Reconhecimento em gastos de activos tangíveis	(a)	(5 799)	(5 065)
Reconhecimento em gastos de activos intangíveis	(b)	(397 882)	(1 160 809)
Depreciações de activos tangíveis de investimento	(c)	615 854	-
Impostos diferidos	(d)	(74 561)	371 459
Aplicação do método de percentagem de acabamento	(e)	(12 502 406)	(2 956 722)
Ajustamentos de transição		(12 364 794)	(3 751 137)
Capital próprio de acordo com o PGC-NIRF		2 543 950 233	325 328 125

		31 de Dezembro de 2009
Resultados de acordo com o PGC		(390 862 629)
Reconhecimento em gastos de activos tangíveis	(a)	(734)
Reconhecimento em gastos de activos intangíveis	(b)	762 927
Depreciações de activos tangíveis de investimento	(c)	615 854
Impostos diferidos	(d)	(446 020)
Aplicação do método de percentagem de acabamento	(e)	(9 545 684)
Ajustamentos de transição		(8 613 657)
Capital próprio de acordo com o PGC-NIRF		(399 476 286)

(a) Reconhecimento em gastos de activos tangíveis

De acordo com o PGC-NIRF, as despesas de manutenção e reparação apenas são qualificáveis como activo tangível caso as mesmas aumentem a capacidade produtiva do bem, ou a vida útil do mesmo. Em PGC, as despesas de manutenção e reparação eram geralmente capitalizadas no custo de aquisição do activo tangível e reconhecidas pela vida útil do bem.

(b) Reconhecimento em gastos de activos intangíveis

No que se refere aos encargos com investigação e de desenvolvimento, as despesas relativas à fase de investigação são reconhecidas directamente em resultados quando incorridas. Relativamente às despesas na fase de desenvolvimento estas poderão ser reconhecidas como activo intangível sempre que as mesmas sejam qualificáveis como activo intangível, ou seja, que advenham benefícios económicos futuros.

Em PGC, ambos os encargos eram passíveis de reconhecimento como activo incorpóreo e amortizados num período de três a cinco anos.

(c) Depreciações de activos tangíveis e tangíveis de investimento

Em PGC as depreciações dos activos tangíveis e tangíveis de investimento eram calculadas de acordo com a perspectiva fiscal. Em PGC-NIRF as depreciações são calculadas com base na perspectiva económica do bem, ou seja, de acordo com as melhores estimativas sobre as vidas úteis económicas e valores residuais.

(d) Impostos diferidos

O PGC não previa o conceito de impostos diferidos, ao contrário do PGC-NIRF. Os impostos diferidos são calculados com base no método balanço, ou seja, sobre as diferenças temporárias entre a base contabilística e a base fiscal, utilizando a taxa de imposto à data de balanço.

(e) Método de percentagem de acabamento

Anteriormente a 1 de Janeiro de 2010 o Grupo não aplicava o método da percentagem de acabamento para reconhecimento do rédito em contratos de construção, pelo que se tornou necessário alterar os comparativos, em conformidade com o previsto pelo PGC-NIRF, nomeadamente no Capítulo 1.3 – Regras para a primeira aplicação do PGC-NIRF.

6. PERÍMETRO DE CONSOLIDAÇÃO

Durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2010, ocorreram as seguintes alterações no perímetro de consolidação do Grupo:

Empresas adquiridas

- A INSITEC Constrói S.A. adquiriu 99,8 % do capital social da CETA S.A.

Empresas alienadas ou liquidadas

- A INSITEC SGPS S.A. procedeu à liquidação da Insittec Elect. Lda.
- A INSITEC SPGS S.A. procedeu à alienação da SDCN S.A.

Empresas fundidas

- A Energia Capital S.A. e a Insittec Holding S.A. foram fundidas por incorporação na Insittec Investimentos S.A.

Empresas constituídas

- Foi Insittec Imobiliária S.A. sendo a INSITEC SGPS S.A. detentora de 92,5% do capital social.

As empresas subsidiárias consolidadas através do método de consolidação integral são as seguintes:

Empresa	Sede social	Actividade principal	Capital social da empresa	% de capital detido
Insittec Constrói, S.A.	Maputo – Moçambique	Construção civil	2 500 000	70,00%
Insittec Imobiliária, S.A.	Maputo – Moçambique	Gestão e promoção imobiliária	3 000 000	92,50%
Insittec Investimentos, S.A.	Maputo – Moçambique	Gestão de participações financeiras	136 067 600	97,63%
CETA, S.A.	Maputo - Moçambique	Construção civil	17 500 000	99,80%

As empresas associadas consolidadas através do método de equivalência patrimonial são as seguintes:

Empresa	Sede social	Actividade principal	Capital social da empresa	% de capital detido
Hidroeléctrica de Mphanda Nkuwa, S.A.	Maputo – Moçambique	Energia eléctrica	2 400 000	50,00%
CINAC	Maputo – Moçambique	Fabrico de cimento	240 000	49,00%
BCI	Maputo – Moçambique	Serviços financeiros	1 900 000 000	18,60%



7. ACTIVOS TANGÍVEIS

	2010	2009
Custo	1 412 032 778	124 488 944
Amortizações, depreciações acumuladas e imparidade	(531 062 632)	(9 824 063)
	880 970 146	114 664 881

Reconciliação 2010

	Construções	Equipamento Básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equip. de transporte	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Imobilizado em curso	Total
Custo								
Saldo inicial	486 477 986	528 945 604	22 174 790	24 222 883	8 176 401	5 604 866	37 186 043	1 112 788 572
Aquisições	99 975 774	177 146 836	9 974 091	6 453 633	3 604 738	139 849	6 218 664	303 513 586
Abates e transferências	-	(4 037 045)	(232 334)	-	-	-	-	(4 269 379)
Saldo final	586 453 760	702 055 395	31 916 547	30 676 516	11 781 139	5 744 715	43 404 706	1 412 032 778
Depreciações e imparidade acumuladas								
Saldo inicial	(132 157 669)	(301 211 989)	(9 373 144)	(3 799 402)	(3 412 346)	(1 049 486)	-	(451 004 036)
Aumentos	(14 492 207)	(55 492 472)	(1 811 559)	(3 994 127)	(2 623 622)	(460 089)	-	(78 974 076)
Abates e transferências	-	1 542 834	(2 686 800)	-	59 446	-	-	(1 084 520)
Saldo final	(146 449 876)	(355 461 628)	(13 871 503)	(7 793 529)	(5 976 522)	(1 509 574)	-	(531 062 632)
Quantia escriturada	440 003 884	346 593 767	18 045 044	22 882 987	5 804 617	4 235 141	43 404 706	880 970 146

Reconciliação 2009

	Construções	Equipamento Básico	Mobiliário e equipamento administrativo social	Equip. de transporte	Ferramentas e utensílios	Outros activos tangíveis	Imobilizado em curso	Total
Custo								
Saldo inicial	18 855 900	3 856 842	5 446 506	5 169 648	317 510	79 609	33 350 368	67 076 383
Aquisições	65 362 353	1 127 906	1 317 763	19 053 235	6 284	7 737 338	34 384 516	128 989 395
Abates e transferências	(26 887 775)	-	(1 516)	-	-	(7 590 000)	(37 097 543)	(71 576 834)
Saldo final	57 330 478	4 984 748	6 762 753	24 222 883	323 794	226 947	30 637 341	124 488 944
Depreciações e imparidade acumuladas								
Saldo em 01.01.09	(1 805 099)	(702 606)	(317 214)	(708 060)	(23 709)	(5 303)	-	(3 561 991)
Aumentos	(1 153 873)	(1 103 545)	(1 104 788)	(3 091 342)	(79 589)	(27 390)	-	(6 560 527)
Abates e transferências	298 455	-	-	-	-	-	-	298 455
Saldo 2009	(2 660 518)	(1 806 151)	(1 422 002)	(3 799 402)	(103 298)	(32 693)	-	(9 824 063)
Quantia escriturada	54 669 960	3 178 597	5 340 751	20 423 481	220 496	194 254	30 637 341	114 664 881

8. ACTIVOS TANGÍVEIS DE INVESTIMENTO

	2010	2009
Custo	47 070 000	47 070 000
Amortizações, depreciações acumuladas e imparidade	(4 553 373)	(3 884 914)
	42 516 627	43 185 086

Reconciliação

	Edifícios administrativos e comerciais	Total
2010		
Custo		
Saldo inicial	47 070 000	47 070 000
Aquisições	-	-
Saldo final	47 070 000	47 070 000
Amortizações e imparidade acumuladas		
Saldo inicial	(3 884 914)	(3 884 914)
Aumentos	(668 459)	(668 459)
Saldo final	(4 553 373)	(4 553 373)
Quantia escriturada	42 516 627	42 516 627
2009		
Custo		
Saldo inicial	47 070 000	47 070 000
Aquisições	-	-
Saldo final	47 070 000	47 070 000
Amortizações e imparidade acumuladas		
Saldo inicial	(3216 454)	(3216 454)
Aumentos	(668 459)	(668 459)
Saldo final	(3 884 914)	(3 884 914)
Quantia escriturada	43 185 086	43 185 086

9. ACTIVOS INTANGÍVEIS

	2010	2009
Custo	3 801 987 378	1 052 471
Amortizações, depreciações acumuladas e imparidade	(3 398 662)	(251 187)
	3 798 588 716	801 284

Reconciliação

	Software	Goodwill	Total
2010			
Custo			
Saldo inicial	5 775 592	-	5 775 593
Aquisições	77 689	3 796 134 097	3 796 211 786
Saldo final	5 853 281	3 796 134 097	3 801 987 378
Amortizações e imparidade acumuladas			
Saldo inicial	(2 541 621)	-	(2 541 621)
Aumentos	(857 041)	-	(857 041)
Saldo final	(3 398 662)	-	(3 398 662)
Quantia escriturada	5 524 405	3 796 134 097	3 798 588 716
2009			
Custo			
Saldo inicial	-	-	-
Aquisições	1 052 471	-	1 052 471
Saldo final	1 052 471	-	1 052 471
Amortizações e imparidade acumuladas			
Saldo inicial	(251 187)	-	(251 187)
Aumentos	-	-	-
Saldo final	(251 187)	-	(251 187)
Quantia escriturada	801 284	-	801 284

10. INVESTIMENTOS EM ASSOCIADAS

Empresa	Total capital próprio	% do capital social detido	Valor no balanço
2010			
BCI (i)	3 464 112 329	18,6%	644 324 893
Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, S.A. (ii)	(245 723 994)	50,0%	-
CINAC (ii)	(618 273 324)	49,0%	-
			644 324 893
2009			
BCI (i)	2 532 618 797	18,6%	471 067 096
Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, S.A. (ii)	(113 089 637)	50,0%	-
CINAC (ii)	(311 058 865)	49,0%	-
			471 067 096

(i) Embora o grupo detenha uma participação inferior a 20% no capital do BCI Fomento, SA e consequentemente menos de 20% de poder de voto na assembleia geral, o grupo exerce influência significativa em virtude de direitos contratuais para nomear dois dos administradores da empresa. Na sequência do financiamento obtido junto do BPI e CGD para aquisição de acções de capital da Sociedade de Controlo e Gestão de Participações, SA, foi constituído penhor sobre 5 823 142 acções detidas no capital do BCI Fomento, S.A.

(ii) O valor nulo no capital do investimento no capital próprio da Hidroeléctrica de Mpanda Nkuwa, S.A. e da CINAC resulta do reconhecimento de perdas por imparidade resultante da situação líquida deficitária dos fundos próprios apresentados no balanço daquela entidade.

As empresas associadas foram incluídas na consolidação pelo método de equivalência patrimonial, conforme indicado na Nota 2.1.

11. ACTIVOS FINANCEIROS DISPONÍVEIS PARA VENDA

	2010	2009
SDN	-	98 508 055
Energia Capital	-	1 625 000
Insitec Holding	-	99 800
CINAC	115 200	235 200
IMOBICI	2 838 730	2 838 730
CGI	320 879	320 879
MAP	337 500	-
	3 612 309	103 627 664

12. OUTROS ACTIVOS FINANCEIROS

	2010	2009
Não correntes		
Devedores sócios	69 951 136	867 000
Empresas do grupo	278 002 021	139 155 952
	347 953 157	140 022 952
Correntes		
Colaboradores	18 198 785	11 387 384
Empresas do grupo	119 322 587	688 517 435
Insitec Holding	-	470 546 118
Outros devedores	74 357 525	6 281 488
Adiantamentos a terceiros	84 491 355	2 300 881
	296 370 252	1 179 033 306

13. INVENTÁRIOS

	2010	2009
Construção para venda ao INCM	195 457 710	148 040 643
Outros materiais	7 260 804	3 899 315
Materiais em trânsito	-	5 540 869
Matérias-primas	7 047 004	-
Matérias-auxiliares	3 140 811	-
Materiais de construção	48 331 782	-
Projecto Petromoc	206 331 460	-
	467 569 571	157 480 827

14. CLIENTES

	2010	2009
BCI	416 707	256 640 000
CINAC	1 063 487	-
Intellica SA	6 103 771	-
MMD Construções	124 073	124 073
Ministério da Educação – DIPLAC	83 210 129	117 305 782
Ministério da Defesa Nacional	7 275 101	-
Ministério da Saúde	38 676 413	-
ANE	310 790 722	-
Conselho Municipal	203 137 965	-
Empreendimentos conjuntos	73 300 449	-
Retenções	124 545 685	-
Aeroportos de Moçambique	20 092 292	-
Outros	116 709 518	456 500
	967 446 312	354 526 355

15. OUTROS ACTIVOS CORRENTES

	2010	2009
Estado	245 087 978	66 363 767
Outros	12 267 306	18 286 049
	257 355 284	84 649 816

16. CAIXA E BANCOS

	2010	2009
Caixa	2 891 286	989 661
Depósitos em bancos	105 245 609	6 002 551
	108 136 895	6 992 212

O justo valor de caixa e equivalentes de caixa aproxima-se do valor contabilístico devido à sua natureza de curto prazo.

17. CAPITAL SOCIAL

	2010		2009	
	MT	%	MT	%
Celso Ismael Correia				
- 85 000 acções a cada 100 MT	8 500 000	85%	8 500 000	85%
Danilo Neves Correia				
- 10 000 acções a cada 100 MT	1 000 000	10%	1 000 000	10%
Marcos Ismael Correia				
- 5 000 acções a cada 100 MT	500 000	5%	500 000	5%
	10 000 000	100%	10 000 000	100%

O capital social encontra-se integralmente realizado.

18. INTERESSES MINORITÁRIOS

	2010	2009
Interesses minoritários em resultados	602 365 317	72 278 967
Interesses minoritários em reservas e outras rubricas de capital próprio	17 150 884	368 762 180
	619 516 201	441 041 147

19. PROVISÕES

A rubrica provisões refere-se a provisões para processos judiciais em curso relativos a acções de trabalhadores contra o Grupo, tendo sido constituída em exercícios anteriores.

20. EMPRÉSTIMOS OBTIDOS

	2010	2009
Não correntes		
Empréstimos bancários	1 132 451 084	280 331 177
Correntes		
Descobertos bancários	48 529 113	78 258 433
Empréstimos bancários	525 299 988	196 396 004
	573 829 101	274 654 437
	1 706 280 185	554 985 614

A decomposição da rubrica de empréstimos obtidos é como segue:

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2010	2009
Não correntes					
Millenniumbim	PLR + 2,5%	MT	30/11/2019	23 371 887	24 089 826
Millenniumbim	PLR + 2,5%	MT	29/05/2019	14 375 607	15 370 411
Banco Português de Investimentos (ix)	Libor 12 M + 4,5%	USD	3/12/2012	-	127 194 000
Barclays Bank Moçambique (i)	18,5% p.a + 3%	MT	25/07/2017	35 987 651	40 289 034
BCI	PR + 4%	MT	21/09/2016	27 835 749	34 370 619
BCI (ii)	FPC + 2,5%	USD	30/04/2016	30 982 200	39 017 287
Millenniumbim (iii)	PLR + 2,5%	MT	23/03/2015	46 840 959	-
Millenniumbim	PLR + 5%	MT	24/08/2013	12 698 900	-
Banco Português de Investimentos/Caixa Geral de Depósitos (iv)	Libor 12 M + 1,5%	USD	22/11/2022	921 052 149	-
Millenniumbim - 167004222	-	MT	-	5 182 580	-
Millenniumbim - 178458855	-	MT	-	-	-
Millenniumbim - 178466712	-	MT	-	14 123 403	-
				1 132 451 085	280 331 177

	Taxa de juro	Moeda	Maturidade	2010	2009
Correntes					
Millenniumbim	PLR + 2,5%	MT	30/11/2019	1 433 231	1 811 892
Millenniumbim	PLR + 2,5%	MT	29/05/2019	1 138 278	934 909
Banco Português de Investimentos	Libor 12 M + 4,5%	USD	3/12/2012	-	7 732 512
Barclays Bank Moçambique (i)	18,5% p.a + 3%	MT	25/07/2017	3 637 343	2 902 209
BCI	PR + 4%	MT	21/09/2016	5 093 864	4 363 903
BCI (ii)	FPC + 2,5%	USD	30/04/2016	11 212 499	2 292 714
Millenniumbim (iii)	FPC + 2,5%	MT	23/03/2015	35 177 366	-
Millenniumbim	PLR + 3%	MT	-	-	12 750 000
BCI	PLR + 5%	MT	-	-	65 508 433
Millenniumbim	PLR + 5%	MT	24/08/2013	377 867	-
BCI	PR + 4%	MT	10/1/2011	8 907 780	-
BCI (v)	PR + 4%	MT	9/1/2011	36 651 999	-
BCI (vi)	FPC + 3%	MT	2011	37 500 000	38 901 908
Millenniumbim (vii)	FPC + 3,5%	MT	2011	139 903 390	137 274 063
Barclays Bank Moçambique	FPC + 3,2%	MT	2011	-	181 894
Banco Português de Investimentos/Caixa Geral de Depósitos (iv)	Libor 12 M + 1,5%	USD	22/11/2022	12 868 474	-
Millenniumbim - 142759691/142664691 (viii)	-	MT	-	170 743 171	-
Millenniumbim - 167004222	-	MT	-	1 632 103	-
Millenniumbim - 178466712 e 178458855	-	MT	-	6 322 622	-
BCI - CCC	-	MT	-	52 700 000	-
Standard Bank - LD 611600503	-	USD+ZAR	-	-	-
Standard Bank - LD 531300501	-	USD+ZAR	-	-	-
Millennium Bim - 377331	-	MT	-	38 827 629	-
Millennium Bim - 88439557	-	MT	-	-	-
Barclays Bank Moçambique - 47106000675	-	MT	-	8 891 837	-
Standard Bank - 101-015349-100-2	-	MT	-	809 648	-
				573 829 101	274 654 437
				1 706 280 186	554 985 614

(i) Barclays Bank Moçambique

Este financiamento foi obtido a 25 de Junho de 2007 no valor de 46.800.000 Meticais com a finalidade de financiar a construção da futura instalação do Grupo Insitec. O prazo do financiamento é de 10 anos, com carência de capital de 1 ano.

Como garantia de reembolso a empresa foi o seguinte:

- Entrega de livrança em branco;
- Constituição de uma hipoteca definitiva sobre o imóvel a ser financiado pelo crédito;
- Entrega de uma procuração irrevogável a favor do banco
- Seguro contra todos os riscos.

(ii) Banco Comercial e de Investimentos (BCI)

Este empréstimo foi contraído em 02 de Abril de 2009 no valor de 1.500.000 dólares norte-americanos com finalidade de 66,66% do empréstimo quitar a dívida de uma conta corrente caucionada e os restantes 33,37% para reabilitação de um imóvel na Av. Kenneth Kaunda nº 100. Este

empréstimo dura 7 anos, das quais com 1 de carência de capital, pagamentos trimestrais e postecipados. Como garantia, possui uma livrança em branco.

(iii) Banco Internacional de Moçambique (Millenniumbim)

A 16 de Março de 2010 foi contraído um empréstimo de 2.500.000 dólares norte-americanos (contravalor em meticais da data de desembolso) destinado à conclusão de projectos de reabilitação de património relacionados com a actividade da sociedade. O desembolso dos fundos foi efectuado em tranches. A primeira tranche foi equivalente ao contravalor, em meticais, de 1.200.000 dólares norte-americanos equivalente a 80% do valor da avaliação do imóvel sito na Avenida Kenneth Kaunda no. 100/592. A segunda tranche foi equivalente ao contravalor, em Meticais, de 1.300.000 dólares norte-americanos.

(iv) Banco Português de Investimentos e Caixa Geral de Depósitos

Em 2007, o Grupo Insitec, SA adquiriu cerca de 99,999985% do capital da Sociedade de Controlo e Gestão de Participações Financeiras, SARL (actual Insitec Investimentos) pelo montante de USD 44 870 927.03. O financiamento desta operação contou para além do auto financiamento, com um empréstimo bancário em forma de sindicato bancário junto da Caixa Geral de Depósitos, SA e do Banco Português de Investimentos, SA.

O empréstimo vence juros a taxa média aritmética simples das cotações diárias da taxa LIBOR a 12 meses, apurada com referencia ao mês anterior ao do início de cada período de contagem de juros, arredondada para a milésima ponto percentual superior se a quarta casa decimal for igual ou superior a cinco, acrescida de um spread de 1.5%.

O reembolso do empréstimo será efectuado em 9 prestações anuais constantes de capital e juros, vencendo-se a primeira a 22 de Novembro de 2013.

Para segurança e garantia do pagamento de todas e quaisquer obrigações emergentes deste acordo de crédito, foram constituídas penhor 5 823 143 acções do capital do BCI, pela Insitec Investimentos.

(v) Banco Comercial e de Investimentos (BCI)

Estes financiamentos dizem respeito a duas livranças obtidas no montante de 8.700.000 meticais e 36.000.000 meticais respectivamente em Novembro de 2010 a 45 dias.

(vi) Banco Comercial e de Investimentos (BCI)

Este financiamento foi contraído em forma de uma Conta Corrente Cauconada (CCC) destinado a apoio à tesouraria e vence juros a taxa indexada praticada pelo Banco de Moçambique na FPC - Facilidade Permanente de Cedência - acrescida de um spread de 3% arredondada para o quarto de ponto superior.

Como garantia, foi dado o aval do sócio Celso Correia e da Insitec SGPS,S.A, apostado em livrança em branco subscrita pela empresa e promessa de hipoteca do imóvel sito na Avenida Keneth Kaunda nº 100, avaliado pela Zambujo & Associados no valor de USD 1.000.000.

(vii) Banco Internacional de Moçambique (Millenniumbim)

Este financiamento foi obtido em regime de factoring de créditos de curto prazo sobre clientes a 23 de Novembro de 2009, por um prazo de 180 dias, renováveis por 30 dias. Este empréstimo tem um limite global de adiantamentos no montante de 152.527.000 Meticais e vence juros a PLR acrescida de um spread de 2,5%. Como garantia foi dada uma livrança em branco subscrita pela empresa e avaliada pelos sócios.

(viii) Banco Internacional de Moçambique (Millenniumbim)

Este empréstimo foi obtido em regime de factoring de facturas a receber de alguns clientes e é reembolsado logo que sejam liquidadas. A 12 de Abril de 2010 foi efectuado a adenda de cessão continuada de créditos com recursos, com limite global de adiantamentos no montante de 105.000.000 Meticais e obtido um empréstimo em forma de factoring.

(ix) Banco Português de Investimentos

Este financiamento é equivalente a 4.300.000 dólares norte-americanos e foi obtido junto ao BPI em 01 de Julho de 2008 com finalidade de financiar a operação de aquisição da participação no capital da Sociedade de Desenvolvimento do Corredor de Nacala. Este financiamento já foi totalmente reembolsado.

21. OUTROS PASSIVOS FINANCEIROS

	2010	2009
Não correntes		
Accionistas	565 011 992	174 992 645
Locações financeiras	144 471 455	-
Grupo ARJ Cimentos de Nacala, Lda	261 320 400	426 543 600
Empresas do Grupo	114 988 035	612 859 366
	1 085 791 882	1 214 395 611
Correntes		
Empresas do grupo	443 427 672	-
Intellica,SA	693 254	-
Locações financeiras	51 964 930	-
Colaboradores	9 247 976	115 071
Caixa Geral de Depósitos	25 946 883	-
Adiantamentos do INCM	125 295 771	116 293 696
BCI	65 660 000	154 103 441
Ministério da Educação	110.653.826	126 066 113
Naguib Elias Abdula	90 736 250	-
Fernando Robles Arquitetura – FRA	4 091 380	-
Adiantamentos de clientes	270 088 635	-
Outros credores	331 412 977	31 274 000
	1 529 219 554	427 852 321
	2 615 011 436	1 642 247 932

22. OUTROS PASSIVOS NÃO CORRENTES E CORRENTES

	2010	2009
Não correntes		
Rendimentos diferidos – Mais-valia no Lease Back	8 126 668	9 775 558
IVA a pagar	61 937 273	-
	70 063 941	9 775 558
Correntes		
Estado	329 649 392	38 156 298
Mais-valia transacção de venda seguida de relocação	1 629 260	1 629 260
Colaboradores	12 112 449	8 166 320
Intellica Africa Lda	98 970 000	-
Fornecimentos e montagens de materiais	10 744 522	-
Rendimentos diferidos	-	55 503 218
Outros	28 221 940	4 536 159
	481 327 563	107 991 255

23. FORNECEDORES

	2010	2009
Petromoc	37 069 411	-
Cimentos de Moçambique	4 668 300	-
TRI-M Mecano Metal Moçambique	3 070 782	-
Jossefa Macamo	3 315 588	-
Emose	2 259 355	-
Construa	5 928 324	-
Tren-Type	7 457 584	-
Acel	10 090 949	-
Unicomo Moçambique	3 395 157	-
Sociedade Distribuidora de Explosivos	4 277 713	-
Sonil	3 493 800	-
Bricon	5 862 074	-
Planos e vedações	3 850 833	-
Victor Manuel Cunica Seabra	5 833 269	-
CFM – Brigada reconstituição da linha de Sena	53 767 399	-
Tropigalia	5 130 573	-
KIT Group Africa Trading	4 124 710	-
Ambar	3 923 244	-
Jolando trading	3 701 489	-
Babcock Equipment	4 058 705	-
Kenzam Bitumen and Asphalt Products CC	7 805 908	-
Empazol Distribuidor	2 120 898	-
Outros	75 210 109	9 193 520
	260 416 174	9 193 520

24. ACTIVOS E PASSIVOS POR IMPOSTOS DIFERIDOS

	2009	Demonstração de resultados		Alteração no perímetro da consolidação	2010
		Gasto	Rendimento		
Activos por impostos diferidos					
Activos tangíveis	183 988	(123 408)	43 602	-	104 182
Activos intangíveis	124 134	(124 134)	20 298	-	20 298
Diferença de câmbio não realizada desfavorável	-	-	35 486 325	-	35 486 325
	308 122	(247 542)	35 550 225		35 610 805
Passivos por impostos diferidos					
Activos intangíveis	-	(5 783)	-	-	(5 873)
Depreciação de activos tangíveis	(93 390)	(187 355)	-	(77 355 398)	(77 636 143)
Depreciações dos activos tangíveis de investimento	(287 671)	(240 295)	-	-	(527 966)
Diferença de câmbio não realizada favorável	-	(88 782 007)	-	-	(88 782 007)
	(381 061)	(89 215 440)		(77 355 398)	(166 951 898)
	(72 939)	(89 457 199)	35 550 225	(77 355 398)	(131 341 094)

25. VENDAS DE BENS E SERVIÇOS

	2010	2009
Serviços de empreitada	1 211 361 059	132 350 800
Serviços diversos	36 663 617	19 588 967
	1 248 024 676	151 939 767

26. CUSTO DOS INVENTÁRIOS VENDIDOS OU CONSUMIDOS

	2010		
	Materiais	Serviços em trânsito	Total
Existências iniciais	3 899 315	5 540 869	9 440 184
Compras	75 617 319	-	75 617 319
Regularizações	296 027 589	697 944	3 219 031
Existências finais	(7 260 804)	-	(7 260 804)
Custo do exercício	368 283 419	6 238 813	374 522 232
	2009		
	Materiais	Serviços em trânsito	Total
Existências iniciais	-	-	-
Compras	81 525 018	-	81 525 018
Regularizações	(3 837 152)	-	(3 837 152)
Existências finais	3 899 315	5 540 869	9 440 184
Custo do exercício	73 788 551	(5 540 869)	68 247 682

27. GASTOS COM PESSOAL

	2010	2009
Remuneração da Administração	38 941 602	18 300 636
Remunerações do pessoal	264 888 219	34 623 015
Indemnizações	16 620 869	16 502 432
Outros encargos com o pessoal	43 744 209	14 432 741
	364 194 899	83 858 824

28. FORNECIMENTO E SERVIÇOS DE TERCEIROS

	2010	2009
Deslocações e estadias	19 147 109	26 975 249
Subcontratos	263 709 189	10 710 503
Honorários	368 583 169	31 637 641
Rendas e alugueres diversos	38 580 212	21 745 886
Comunicações	5 447 650	3 038 150
Outros	14 077 988	37 316 393
	709 545 317	131 423 822

29. OUTROS GANHOS E PERDAS OPERACIONAIS

	2010	2009
Ganhos em investimentos de capital – Alienação e outros	142	624 229
Regularização de saldos a pagar	37 338 569	-
Rendimentos alheios ao valor acrescentado	10 412 461	-
Outros ganhos	79 868 215	29 256 915
Ganhos e rendimentos operacionais	127 619 387	29 881 144
Dívidas incobráveis	-	(11 517 413)
Impostos e taxas	(3 702 584)	(69 299)
Perdas em investimentos de capital – Abates e outros	(86 566)	-
Multas e penalidades	(76 845)	(346 874)
Donativos	(9 359 680)	(968 065)
Despesas confidenciais	(500 000)	-
Outros gastos	(21 138 344)	(39 280 679)
Custos e perdas operacionais	(34 864 019)	(52 182 330)
	92 755 368	(22 301 186)

30. RENDIMENTOS FINANCEIROS

	2010	2009
Juros obtidos	11 434 773	449 259
Diferenças cambiais favoráveis	576 681 609	222 157 475
Mais-valias não realizadas	750 482 698	21 042 325
Goodwill negativo	2 040 119 973	-
Outros rendimentos	28 480 015	-
Dividendos BCI	37 003 571	-
	3 444 202 639	243 649 059

31. GASTOS FINANCEIROS

	2010	2009
Juros suportados	117 651 404	55 131 784
Diferenças cambiais desfavoráveis	412 167 680	318 162 366
Serviços bancários	4 879 279	7 354 024
Participações reestruturadas / perdas	1 734 800	-
Outros gastos e perdas financeiros	163 878 672	-
	700 311 835	380 648 174

32. IMPOSTO SOBRE O RENDIMENTO

Os impostos sobre o rendimento reconhecidos são detalhados como segue:

	2010	2009
Imposto corrente	165 061 816	7 266 623
Imposto diferido	53 906 974	21 559 662
	218 968 790	28 826 285

Reconciliação da despesa de imposto corrente

	2010	2009
Imposto a taxa de 32%	817 832 584	(95 478 731)
Efeito das (deduções fiscais)/despesas não dedutíveis	(652 770 768)	102 745 354
	165 061 816	7 266 623

A taxa efectiva da despesa de imposto corrente foi de 6,46% (2009: (2,44%)).

33. TRANSACÇÕES E SALDOS COM PARTES RELACIONADAS

	Relação	2010	2009
Activos financeiros			
Celso Correia (outros activos financeiros)	Accionista	69 951 136	867 000
CINAC (clientes e outros activos financeiros)	Associada	273 696 996	111 900 000
Intellica (clientes e outros activos financeiros)	Associada	11 472 283	27 188 934
Insitec Holding (outros activos financeiros)		-	470 546 118
BCI (clientes)	Associada	416 707	236 640 000
		355 537 122	847 142 052
Passivos financeiros			
BCI (empréstimos obtidos)	Associada	210 884 091	184 454 864
BPI e CGD	Accionistas da associada BCI	933 920 623	134 926 512
Celso Correia e outros accionistas (outros passivos financeiros)	Accionistas	565 011 992	174 992 645
BCI (outros passivos financeiros)	Associada	65 660 000	154 103 441
Empresas do grupo (outros passivos financeiros)	Associadas	559 108 961	612 859 366
		2 334 585 667	1 261 336 828
Rendimentos			
BCI		32 805 618	24 269 320
CINAC		4 688 700	-
Intellica		6 335 650	17 060 800
		43 829 968	41 330 120
Gastos			
BCI – juros de empréstimos	Associada	16 515 345	1 401 083
BPI e CGD – juros de empréstimos	Accionistas da associada BCI	45 617 736	47 706 582
		62 133 081	49 107 665

34. GESTÃO DE RISCO, OBJECTIVOS E POLÍTICAS

A actividade do Grupo é exposta a uma diversidade de riscos financeiros, o que envolve a análise, aceitação e gestão de certos graus de riscos ou combinação dos mesmos. O objectivo do Conselho de Administração do Grupo é por isso alcançar um equilíbrio apropriado entre o risco e o retorno, e minimizar os efeitos potenciais adversos ao desempenho financeiro.

Desta feita, as políticas de gestão de risco do Grupo são desenhadas a fim de identificar e analisar estes riscos, estabelecer limites de risco e controlo, e monitorar os riscos e aderência aos limites através de sistemas de informação fiáveis e actualizados. A Grupo revê periodicamente as suas políticas de gestão de risco e sistemas a fim de melhor se precaver face às variações de mercado.

Risco de mercado

O risco de mercado é o risco de mudanças nos preços de mercado, tais como taxas de juro, taxas de câmbio. O objectivo da gestão do risco de mercado é gerir e controlar o risco de mercado dentro de parâmetros que a Gestão considere aceitável.

Risco de taxa de juro

O risco de taxa de juro do fluxo monetário é o risco de que fluxos monetários futuros de um instrumento financeiro irão flutuar devido a alterações nas taxas de juro de mercado. O risco do justo valor da taxa de juro é o risco de que um valor de um determinado instrumento financeiro irá flutuar devido a taxas de juro do mercado. A exposição do Grupo face ao risco da taxa de juro prende-se aos empréstimos de taxa de juro variável.

A política do Grupo passa por obter financiamento por via de taxas fixas, assim como variáveis, a fim de minimizar as variações das taxas de juro.

A tabela abaixo sumariza a exposição do Grupo ao risco de taxa de juro, a 31 de Dezembro de 2010.

	Aumento (diminuição) da taxa de juro	Efeito em resultados antes de impostos
2010		
Maibor	200	(7 240 312)
Maibor	(200)	(7 240 312)
Euribor	25	(4 579)
Euribor	(25)	4 579
Libor	25	1 199 889
Libor	(25)	(1 199 889)
Jabor	25	(321 588)
Jabor	(25)	321 588
2009		
Maibor	220	(455 138)
Maibor	(220)	455 138
Euribor	25	(19 120)
Euribor	(25)	19 120
Libor	35	47 400
Libor	(35)	(47 400)
Jabor	100	(399 281)
Jabor	(100)	399 281

Risco de taxa de câmbio

O risco de taxa cambial é o risco que o justo valor ou fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro venha a flutuar devido a alterações nas taxas de câmbio. As demonstrações financeiras do Grupo podem ser afectadas pelas variações das taxas cambiais MZN/EUR, MZN/USD, MZN/ZAR. A INSITEC procura atenuar os efeitos de exposição à moeda estrangeira efectuando o maior número de operações em moeda nacional.

A quantia escriturada dos activos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira é resumida como segue:

	Activos (passivos) financeiros líquidos 2010	Activos (passivos) financeiros líquidos 2009
Rand Sul-Africano (ZAR)	39 326	(224)
Dólar Norte-Americano (USD)	(1 119 292 277)	(122 112 620)
Euro União Europeia (EUR)	(17 982 954)	(124 397 781)

	Aumento (diminuição) da taxa de câmbio	Efeito em resultados antes de impostos
2010		
Euro União Europeia (EUR)	4%	103 494
Euro União Europeia (EUR)	(4%)	(103 494)
Dólar Norte-Americano (USD)	13%	20 460 443
Dólar Norte-Americano (USD)	(13%)	(20 460 443)
Rand Sul-Africano (ZAR)	27%	(1 614)
Rand Sul-Africano (ZAR)	(27%)	1 614
2009		
Euro União Europeia (EUR)	18%	(12 143 081)
Euro União Europeia (EUR)	(18%)	12 143 081
Dólar Norte-Americano (USD)	16%	(78 102 153)
Dólar Norte-Americano (USD)	(16%)	78 102 153
Rand Sul-Africano (ZAR)	48%	(57)
Rand Sul-Africano (ZAR)	(48%)	57

Risco de Crédito

O risco de crédito é o risco da Grupo incorrer numa perda pelo facto de as contrapartes e clientes não cumprirem com as suas obrigações. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A exposição máxima do Grupo ao risco de crédito a 31 de Dezembro de 2010 é a seguinte:

	2010	2009
Clientes	967 446 312	354 526 355
Outros activos financeiros	296 370 252	1 179 033 306
Investimentos em associadas	644 324 893	471 067 096
Activos financeiros disponíveis para venda	3 612 309	103 627 664
	1 911 753 766	2 108 254 421

Por sua vez, a antiguidade de saldos de contas de clientes vencidos que não se encontram em imparidade resume-se da seguinte forma:

	2010	2009
Vencidos <30 dias	168 246 009	90 609 751
Vencidos > 30 <60 dias	221 993 283	190 350 717
Vencidos > 60 dias	481 600 888	27 418 130
	841 840 180	280 960 468

Risco de Liquidez

O risco de liquidez é o risco da Grupo não ter capacidade financeira para satisfazer os seus compromissos associados aos instrumentos financeiros quando estes se vencem. Para limitar este risco, a gestão recorre a diversas fontes gerindo os activos tendo por base a sua liquidez e monitoriza periodicamente os fluxos de caixa futuros e liquidez.

A gestão deste tipo de risco, desenvolvida com recurso à análise dos prazos residuais dos diferentes activos e passivos do balanço, evidencia, para cada um dos diferentes intervalos considerados, a diferença entre os volumes de influxos de caixa e efluxos de caixa, bem como os respectivos gaps de liquidez.

O objectivo do Grupo é manter o equilíbrio entre a continuidade do financiamento e flexibilidade através da utilização de descobertos bancários, empréstimos bancários, locações financeiras, e a mais importante, a venda futura de energia à Renascer.

	Até 1 ano	1 a 5 anos	Total
2010			
Empréstimos bancários	573 829 101	1 132 451 084	1 706 280 185
Outros passivos financeiros	1 529 219 554	1 085 791 882	2 615 011 436
Fornecedores	260 416 174	-	260 416 174
	2 363 464 829	2 218 242 966	4 581 707 795
2009			
Empréstimos bancários	274 654 437	280 331 177	554 985 614
Outros passivos financeiros	427 852 321	1 214 395 611	1 642 247 932
Fornecedores	9 193 520	-	9 193 520
	711 700 278	1 494 726 788	2 206 427 066

35. COMPROMISSOS E GARANTIAS

Beneficiários	Prestadores	Nº Garantia bancária	Validade	Finalidade	Valor
Ministério de Educação e Cultura	BPI	9307349	11.12.2011	Construção do Instituto Superior Politécnico de Songo	215 198 544
Ministério de Educação e Cultura	BPI	9307348	11.12.2011	Construção do Instituto Superior Politécnico de Songo	53 799 636
Administração Nacional de Estradas	Milleniumbim	511 020153201	22.04.2010	Reabilitação da Estrada N260 Manica	1 500 000 000
Administração Nacional de Estradas	Milleniumbim	511 020153210	22.04.2010	Reabilitação da Estrada N221 Manica	1 500 000 000

36. EVENTOS SUBSEQUENTES

Após a data do balanço e até a data em que as demonstrações financeiras foram autorizadas para emissão não se verificaram eventos favoráveis ou desfavoráveis que afectem as presentes demonstrações financeiras ou que requeiram divulgação nas mesmas.